



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

DANIELE FERREIRA XAVIER DE LIMA PONTES

**PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR - PROEMI: A VISÃO
DO ALUNO DO 3º ANO**

CUITÉ – PB

2014

DANIELE FERREIRA XAVIER DE LIMA PONTES

**PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR - PROEMI: A VISÃO
DO ALUNO DO 3º ANO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof^ª. Maria de Fátima Coutinho Sousa

CUITÉ – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P813p Pontes, Daniele Ferreira Xavier de Lima

Programa ensino médio inovador [manuscrito] : a visão do aluno do terceiro ano / Daniele Ferreira Xavier de Lima Pontes. - 2014.

52 p.

Digitado.

Monografia (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Prof^ª. Maria de Fátima Coutinho de Sousa, Departamento de Educação".

1. Ensino Médio. 2. Proemi. 3. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio. I. Título.

21. ed. CDD 373

DANIELE FERREIRA XAVIER DE LIMA PONTES

**PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR - PROEMI: A VISÃO
DO ALUNO DO 3º ANO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 06/12/2014.

Maria de Fátima Coutinho Sousa

Prof^ª Me. Maria de Fátima Coutinho Sousa / UEPB
Orientadora

Terezinha de Jesus Medeiros

Prof.^a Esp. Terezinha de Jesus Medeiros / UEPB
Examinadora

Cléa Gurjão Carneiro

Prof^ª Me. Cléa Gurjão Carneiro / UEPB
Examinadora

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, João Víctor de Lima Pontes e Aísy Anne de Lima Pontes, como forma de incentivo aos seus estudos, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Prof^ª Dr^ª Ana Raquel Pereira de Ataíde, coordenadora do Curso de Especialização, por seu empenho.

À professora Maria de Fátima Coutinho Sousa, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação, paciência, boa vontade e dedicação que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Ao meu esposo, pela compreensão por minha ausência nas reuniões familiares.

A minha colega de trabalho, a Prof^ª Tuany Roberta Queiroz pela ajuda na formatação da monografia e a minha mãe Waldinete Ferreira Xavier de Lima pela dedicação em muitos momentos.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, em especial, Prof. Antônio Carlos pelo incentivo e ajuda na elaboração do projeto de pesquisa e a todos os outros que contribuíram ao longo de trinta meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

“Quem tem muito pouco, ou quase nada, merece que a escola lhe abra horizontes.”

Emília Ferreiro

RESUMO

O Ensino Médio no Brasil equivale à última fase da Educação Básica. Enfrenta problemas de evasão e reprovação de muitos jovens. Na tentativa de solucionar essa situação reformulou-se o ensino médio brasileiro através do Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI. O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa que tem por objetivo analisar a visão dos alunos do 3º ano de uma determinada escola na Paraíba, acerca da implantação e evolução do programa Ensino Médio Inovador durante os anos de 2012, 2013 e 2014. Para isso foram feitos estudos baseados inicialmente no histórico do ensino médio no Brasil, na crise em que se encontra o mesmo e em documentos oficiais que tratam do tema abordado, além da aplicação de um questionário e posterior entrevista com alguns alunos. Através desse trabalho pode-se perceber a grande evolução – em sua maioria positiva – ocorrida durante esses três anos e que o sucesso de um determinado macrocampo e, conseqüentemente, do programa, está totalmente relacionado ao desempenho do professor que o ministra. Nesse sentido, é necessário que os professores sejam melhor valorizados e capacitados para que o ProEMI atinja seus objetivos.

PALAVRAS-CHAVE: ProEMI, Macrocampos, Ensino Médio

ABSTRACT

The high school in Brazil, equivalent to the final stage of basic education. Faces the avoidance of problems and failure of many young people. In attempt to remedy this situation, reformulated the average Brazilian education through high school program Innovative - ProEMI. This work is the result of a research that aims to analyze the vision of the 3rd grade of a certain school students in Paraiba, about the implementation and development of innovative high school program during the years 2012, 2013 and 2014. For this were made initially based studies in high school history on Brazil, the its crisis and in official documents dealing of the subject, in addition to a questionnaire and subsequent interview with some students. Through this work, one can see the great progress - in its most positive - that occurred during those three years and that the success of a particular macrocampo and hence the program is fully related performance teacher than the minister. Therefore, it is necessary that teachers are better valued and trained for the ProEMI achieve your goals.

KEYWORDS: ProEMI, Macrocampos, High School

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Opinião dos alunos a respeito do Programa ProEMI	38
Gráfico 2: Preferência dos alunos, caso pudessem, optar pelo turno (ou turnos) de estudo.....	39
Gráfico 3: Macrocampos mais importantes, segundo os alunos, em 2012 e 2013	40
Gráfico 4: Macrocampos de menor importância, segundo os alunos, em 2012 e 2013	411
Gráfico 5: Ponto de vista dos alunos em relação às mudanças no programa ProEMI nos anos de 2012 e 2013.....	433
Gráfico 6: O professor e sua relação com o macrocampo	45

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1. HISTÓRICO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL	14
2.2. A CRISE NO ENSINO MÉDIO	18
2.3 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO MÉDIO	23
2.4. PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR	27
2.4.1 DOCUMENTO NORTEADOR NACIONAL	27
2.4.2 DOCUMENTO NORTEADOR ESTADUAL	33
3. ANÁLISE DOS RESULTADOS	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
ANEXOS	51

1. INTRODUÇÃO

O Ensino Médio no Brasil equivale à última fase da Educação Básica e coincide com a fase de mudanças, descobertas e tomada das primeiras decisões para os jovens. Tem como finalidade o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, a formação do cidadão para a vida social e para o mercado de trabalho, oferecendo o conhecimento básico necessário para o estudante ingressar no Ensino Superior.

O Censo Escolar de 2011, porém, revelou dado preocupante: 13,1% de reprovação no Ensino Médio brasileiro, o maior número desde 1999. Nesse sentido questiona-se: por que os alunos do Ensino Médio não estão aprendendo e por que eles não se sentem motivados pela escola?

Tentando resolver essa situação, o Ensino Médio brasileiro foi reformulado, buscando uma educação atrativa e de qualidade. Surge o Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI, como estratégia do Governo Federal para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio. O objetivo é ampliar o tempo dos estudantes na escola, buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também às expectativas dos alunos e às demandas da sociedade.

Na Escola Estadual “Orlando Venâncio dos Santos”, Cuitè – PB, o ProEMI foi implantado em 2012 e desde então sofreu algumas mudanças, com o objetivo de melhorar o ensino oferecido. Sendo assim, este trabalho propõe-se a verificar a visão dos alunos que cursam, em 2014, o 3º ano, sobre o programa, as mudanças ocorridas na aprendizagem percebidas pelos mesmos durante esses três anos e as causas de uma possível rejeição ao programa.

Este trabalho realizou-se primeiramente através de uma pesquisa documental e bibliográfica, baseada em documentos oficiais do governo. Além dos documentos oficiais, o livro do professor Moacir Carneiro, intitulado “O Nó do Ensino Médio” foi utilizado também como referencial teórico.

Para a consecução deste trabalho foram aplicados no início do ano letivo (em fevereiro) questionários com 100 por cento dos alunos que estudam na 3ª série e, ao final do

mês de novembro deste ano, entrevistas com quatro alunos acerca de suas opiniões e visões sobre o programa.

Após estudos bibliográficos e a pesquisa de campo, o trabalho ficou organizado da seguinte maneira: em um primeiro momento, há um levantamento sobre o histórico do Ensino Médio no Brasil. Em seguida, discute-se a crise do Ensino Médio, suas causas e possíveis soluções. Dando continuidade, há um levantamento sobre o que diz os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNs) e quais são as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). Depois trata-se da proposta do Programa do Ensino Médio Inovador (ProEMI) em nível nacional e estadual. Na sequência, apresenta a descrição da análise dos resultados obtidos através dos questionários e entrevistas realizados. Por fim, apresentam-se às considerações finais, ciente de ser esta uma temática polêmica, ainda em fase de mudança e adaptação, com muito a ser explorada.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. HISTÓRICO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

A expressão “ensino médio” é universal e designa, em todos os países, a etapa entre a educação elementar e o ensino superior, sendo destinada aos adolescentes, assim como a alguns adultos que não tiveram acesso ao estudo na época certa.

Antes de abordarmos o foco de nosso estudo, necessário se faz traçarmos um breve histórico do Ensino Médio em nosso país, para entendermos porque esse nível de ensino talvez seja o mais problemático na história da educação brasileira.

A primeira Lei Geral da educação pública no Brasil Independente, que instituiu o ensino mútuo público e gratuito, foi aprovada em 15 de outubro de 1827, razão pela qual se comemora nessa data o dia do professor.

Em 1834, através do Ato Adicional, são criadas as Assembleias Provinciais, que dividem com a Assembleia Geral a competência de legislar, entre outras coisas, a “instrução pública”. Coube a elas o direito de promover e regulamentar o ensino primário e médio em suas jurisdições, ficando para a Assembleia Geral ministrar no município da Corte e o superior em todo o país.

Até então, os estudos eram fragmentados em aulas avulsas, conforme modelo das aulas régias (aulas isoladas que substituíram o curso secundário criado pelos jesuítas). Aparecem os liceus provinciais em 1835 e o Colégio Pedro II na Corte, em 1837, no esforço de organizar o ensino secundário. O Colégio Pedro II só se preocupava em formar as elites nacionais, os altos políticos e intelectuais do país e servia de referência na época da monarquia, assim como continuou sendo após a proclamação da República, para os liceus provinciais. Existe até os dias de hoje, com cerca de 12.000 alunos em suas doze unidades escolares, situadas na cidade do Rio de Janeiro.

Diferente dos estabelecimentos provinciais, foi concedido aos bachareis em Letras pelo Colégio, o direito à matrícula em qualquer das faculdades do Império. Em relação aos liceus, o não reconhecimento dos graus, títulos, estudos seriados e regulares foi o princípio

para o desaparecimento gradativo desse tipo de ensino que, a partir de 1870, ficou quase exclusivamente restrito à iniciativa de particulares e às aulas avulsas de latim e francês.

Tradicionalmente, ainda de acordo com o Ato Adicional de 1834, a educação primária é conferida aos Estados e a educação secundária e superior fica a cargo do Governo Federal. Nessa perspectiva, o âmbito estadual deveria se especializar apenas nos níveis primários de ensino. Como afirma Celso Beisiegel *apud* BRASIL (2013, p.9), percebe-se a existência de dois “sistemas” paralelos de educação, um para o povo e o outro para as classes superiores. Para reforçar essa dualidade, os alunos oriundos da escola primária popular não tinham acesso às escolas secundárias, mais seletivas. Ficava-se notório, durante toda a primeira república, a separação entre o ensino popular e a educação das elites, estas com as melhores escolas primárias, os ginásios e as escolas superiores.

“Visando à reorganização do ensino secundário e superior no país a partir das mesmas justificativas – atribuir caráter formativo à escola secundária e garantir o padrão de qualidade ao ensino superior –, reformas sucessivas instituem em 1911 e 1915 os exames de admissão, que a partir de 1915 passam a ser chamados de exames vestibulares, para a seleção dos candidatos ao ensino superior.” (BRASIL, 2013, p.10)

Controlava-se assim o acesso às escolas superiores e, além da aprovação no vestibular, exigia-se também, um certificado de aprovação das matérias do curso ginásial, realizado no Colégio Pedro II ou nos colégios estaduais a ele ligados. Observa-se, nessa época, um curso profundamente seletivo no qual predominavam os homens. Pobres e mulheres não tinham acesso a esse tipo de ensino.

Após o movimento revolucionário de 1930, o governo provisório dissolveu o Congresso e passou a legislar por decreto até a deposição de Getúlio Vargas em 1945. Francisco Campos foi o primeiro ministro da Educação e Saúde de Vargas. Participou do movimento da Escola Nova e estava ligado ao movimento católico. Foi responsável pelas reformas educacionais em Minas Gerais na época de 1920. Em 18 de abril de 1931, através de um decreto, regulamentou o ensino secundário que, de acordo com ele, era o mais importante ramo do sistema educacional. Campos afirmava que a finalidade exclusiva do ensino secundário não poderia ser a matrícula nos cursos superiores, mas a formação do homem para todos os setores da atividade nacional, construindo hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si mesmo e a tomar decisões convenientes e seguras.

Com a reforma de Francisco Campos, mais uma vez reforçam-se as barreiras entre os diferentes tipos de ensino pós-primário. Surgem assim, as escolas secundárias e as escolas profissionais e do magistério, estas últimas desarticuladas com o secundário e com o superior. Só poderia candidatar-se para os exames superiores quem estudasse nas escolas secundárias, mantendo, assim, o caráter seletivo dessa modalidade de ensino.

Em 1934, através da Constituição assegura-se o ensino religioso nas escolas públicas, a concepção de escola secundária predominante, o padrão limitado de estabelecimentos públicos secundários, a equalização formal do ensino público e privado, a homogeneização curricular e a ruptura do monopólio estatal do acesso ao terceiro grau.

Em 1937, após o golpe de estado, a Constituição atribuiu à União a competência de fixar as bases e traçar as diretrizes para formação física, intelectual e moral da infância e juventude. Através da Lei Orgânica do Ensino Secundário, Gustavo Capanema dividiu o ginásio em quatro anos, seguidos do segundo ciclo de três anos. Poderia se optar agora entre o clássico e o científico, ambos com um “exame de licença” ao final para garantir o padrão nacional de todos os aprovados. Quem não conseguisse passar no exame ou não desejasse cursar uma universidade, poderia frequentar os cursos profissionalizantes em nível de segundo ciclo.

De acordo com um levantamento realizado pela Divisão do Ensino Secundário em 1939, verificou-se que dos 629 estabelecimentos existentes em todo o país, 530 eram particulares o que, através da legislação de 1942, forçou o governo a requerer a sua inspeção durante dois anos a fim de acompanhar com rigor as atividades das escolas para depois reconhecê-las como equiparadas ao padrão nacional, que era dado pelo Colégio Pedro II do Rio de Janeiro.

No que se refere ao ensino profissional do ensino médio, existiam a formação do ensino industrial (setor secundário), o ensino agrícola (setor primário), o ensino comercial (setor terciário) e o ensino normal (formação de professores para o ensino primário).

A principal novidade da Lei Orgânica foi transformar o ensino profissional em ensino de grau médio, e o ensino primário passou a ter conteúdo geral, com dois ciclos: um de curso básico com quatro anos e outro dedicado ao ensino técnico e pedagógico, com três anos de duração, mais um de estágio para o ensino técnico. O desenvolvimento dos cursos do ensino médio profissional passou por dificuldades. Era um ensino de baixa qualidade, com poucas

exigências, não dando suporte nem para preparação universitária, nem para concurso público, como acontecia com o ensino secundário.

É importante ressaltar que para a época, décadas de 1950/1970, anos posteriores a II Guerra Mundial, houve uma grande expansão do ensino médio brasileiro, decorrente do crescimento demográfico e da pressão popular pela ampliação do ensino elementar. Há uma dependência econômica e cultural brasileira em relação aos Estados Unidos e, conseqüentemente, surge a necessidade e o desejo de se aprender inglês. Contraditoriamente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 retira a obrigatoriedade do ensino de Língua Estrangeira na escola básica em todo o ensino médio. Para reverter essa situação e reconhecendo a importância do ensino de língua estrangeira no Brasil, as classes privilegiadas passam a procurar as escolas de línguas e/ou professores particulares deixando os menos favorecidos novamente em desvantagem.

O país encontrava-se, agora, no regime militar, que através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 5.692/71, introduz formalmente a obrigatoriedade do ensino comum de oito anos. Essa Lei também funde o ensino primário e o primeiro ciclo do secundário (o ginásio), criando-se o ensino de 1º grau. O segundo ciclo do ensino médio (antigo colegial), torna-se o curso de 2º grau, curso único de nível médio. A partir de então, todas as escolas de 2º grau passam a ser generalizadamente profissional, profissionalizante ou de profissionalização obrigatória. Buscava-se, com isso, suprir a carência de profissionais de nível médio e possibilitar aos alunos concluintes a formação para o ingresso no mercado de trabalho, sem a necessidade de cursar o nível superior. Com essa mudança, porém, houve um empobrecimento dos currículos escolares de conteúdos importantes para a compreensão crítica da realidade social que provocou a descaracterização e a desqualificação do ensino médio, reforçando mais ainda a diferença entre a educação para a elite e a educação para o trabalhador.

Com o fim da ditadura e a nova Constituição (1988), a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) estipulou o Ensino Médio como etapa de conclusão da Educação Básica, entendendo Educação Básica como a junção da Educação Infantil, do Ensino Fundamental (1º grau), o Ensino Médio (2º grau) e a Educação de Jovens e Adultos. A elaboração da nova LDB formulada em conjunto por movimentos sociais populares, educadores democráticos nos Fóruns em Defesa da Escola Pública, pretendia superar a dualidade presente na organização do ensino médio, fornecendo educação integrada.

Já no Governo Lula, através do decreto nº 5.154/04, reintegrou-se o ensino técnico ao ensino médio, contemplou o ensino médio no Fundo Nacional da Educação Básica (FUNDEB), assim como a educação profissional e a Educação de Jovens e Adultos e são aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio. É instituído também nesse período o decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que estabelece o programa Nacional de Integração Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. São repassados recursos federais para os Estados investirem em suas escolas técnicas através do programa Brasil Profissionalizado.

Finalizando o levantamento histórico de nosso ensino médio, lembramos que recentemente foi aprovada na Câmara dos Deputados a destinação de 10% do Produto Interno Bruto à educação pública, investimento necessário para a implantação e consolidação de um ensino médio de qualidade, preocupado com a formação humana integral e de jornada escolar de tempo integral.

2.2 A CRISE NO ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio, etapa final da educação básica, ainda não encontrou um caminho certo. Muitas reformas já se sucederam na tentativa de encontrar esse caminho. Nos dias atuais, o Ensino Médio ainda se encontra refém do vestibular em sua mais nova versão, o novo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), como prova de acesso ao Ensino Superior.

Sua única função está sendo abrir a porta para a Educação Superior. A mídia brasileira reforça essa ideia ao destacar notícias ligadas à educação, sendo 74% destas sobre o Enem/vestibular. Além disso, há um pesado investimento de escolas, no que se diz respeito ao *marketing*, anunciando nomes e fotos de seus alunos bem colocados nos vestibulares, como forma de comprovar a qualidade do ensino da escola.

Neste contexto, pergunta-se: se as avaliações feitas sobre a qualidade do Ensino Médio no Brasil, comprovam a má qualidade desse ensino, o que se fazer para melhorá-lo? A resposta parece óbvia: as avaliações feitas no Brasil estão servindo apenas para “ranquear” as escolas e excluir alunos sem nenhuma preocupação com os resultados e em como reverter essa situação. A solução seria pensar que o “modelo de educação básica deve ser uma

resposta às ressurgências da realidade social. Ou seja, tem que ser flexível, emancipador e como força de irradiação para a cidadania e o mundo do trabalho” (Carneiro, 2012).

Uma das preocupações do Enem, ao ser criado, definidas pelo MEC, no que se refere ao domínio de linguagens, é o discente demonstrar capacidade leitora e compreensiva de textos e interpretação de diagramas, gráficos, ilustrações, quadrinhos, pinturas, fotografias, charges, esquemas, estatísticas, etc. Ele, portanto, foi criado para aferir a capacidade de raciocínio crítico do aluno através de solução de problemas e, ainda, para avaliar seu papel na sociedade como cidadão corresponsável.

Em 2009, o Enem mudou sua função avaliativa, apenas, acrescentando ao exame outras funções: substituiu a prova de seleção ao vestibular; virou critério de seleção para distribuir bolsas do Programa Universidade para Todos (Prouni) e passou a certificar a conclusão do Ensino Médio de estudantes com mais de 18 anos que frequentam a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Com essas novas medidas, as consequências para o Ensino Médio foram desastrosas. Nas escolas de todo o país novos conteúdos foram incorporados a um currículo já sobrecarregado e descontextualizado, reforçando também a ideia de que o Ensino Médio não encerra a Educação Básica, mas apenas é uma etapa de transição para a Universidade.

Além disso, para agravar mais ainda um quadro já desgastado, questões regionais não são abordadas no atual Enem, criando-se uma disparidade de discursos, visto que, enquanto as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Dcem) obrigam que o currículo se estruture em Princípios Pedagógicos da Identidade, Diversidade e Autonomia, da Interdisciplinaridade e da Contextualização, buscando atender às necessidades dos alunos e do meio social, o atual Enem cobra um conteúdo uno e uniforme, desconsiderando a parte diversificada do currículo.

Ao desconsiderar a identidade dos alunos, descontextualizando os conteúdos, gera-se um fenômeno chamado abandono escolar. Muitos alunos, principalmente do turno noturno, alegam que a escola é desinteressante. Uma escola de educação básica deveria estar preocupada em buscar a produção de conhecimentos motivacionais para seus alunos. A educação básica deveria atender às dimensões cognitivas, não cognitivas, comportamentais, transversais, comunicacionais, ecológicas, laborais, tecnológicas e holísticas.

As dimensões cognitivas se referem ao currículo e às disciplinas, ao conhecimento escolar sistematizado. As dimensões não cognitivas transpassam pela subjetividade do aluno, pela construção da identidade deste. As dimensões comportamentais utilizam os conhecimentos, de forma criativa, para respeitar à diversidade, ter uma visão crítica da vida e saber agir sobre a realidade de maneira responsável. As dimensões transversais abordam temas como ética, sexualidade, saúde, meio ambiente, diversidade cultural, paz, qualificação para o trabalho, responsabilidade social, cidadania, política, direitos do consumidor, empreendedorismo, sociedade do conhecimento, gênero e diversidade, multiculturalismo, trabalho e renda, trazendo para a escola as inquietações dos alunos. As dimensões comunicacionais abordam as formas de relação com os outros, de percepção da alteridade. As dimensões ecológicas buscam formas para preservar o planeta e para se humanizar à tecnologia. As dimensões laborais vêem o trabalho como princípio educativo da educação básica, sustentando o próprio currículo do Ensino Médio. As dimensões tecnológicas, umas das mais importantes para o aluno do Ensino Médio, situam os alunos como cidadãos nesse mundo com tantos artefatos tecnológicos e de comunicação eletrônica. E, por fim, as dimensões holísticas, que demonstram que a educação escolar não se esgota com a certificação formal do conhecimento sistematizado. Desta forma, percebe-se o quanto distante está o nosso Ensino Médio ao se preocupar e priorizar apenas a primeira das dimensões, a dimensão cognitiva.

Criado em princípio para avaliar o nível do Ensino Médio, o Enem aponta que este, diferente do Ensino Fundamental que progride em ritmo lento, está estagnado. Os últimos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) revelam uma melhoria nos anos iniciais, um ritmo positivo nos finais e uma situação crítica no Ensino Médio, confirmando que a educação básica é vista de forma separada e não única. Essa diferenciação de evolução, suporte técnico e financeiro dados aos diferentes níveis de Educação Básica, justifica-se, talvez, pelo fato de quando da criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), elevou-se o gasto com aluno no Ensino Fundamental, deixando o “Ensino Médio na histórica e incômoda posição de primo pobre da educação nacional” (Carneiro, 2012).

Para que a escola de Ensino Médio faça parte do cotidiano dos alunos a aprendizagem deve atender a quatro variáveis: a singularidade de quem aprende, a realidade onde se aprende, a pluralidade do que se aprende e as formas como se aprende. Ou seja, não há pessoa sem uma configuração social.

Em contrapartida, devido à globalização da economia, o setor empresarial se mostra insatisfeito com o baixo nível de escolaridade do trabalhador brasileiro, alertando para outra questão: a diversidade de perfil da população que está se matriculando no Ensino Médio. Há uma diversidade de distorção idade/série, pluralidade cultural e de poder aquisitivo em nossas escolas e o professor não está preparado para atender a essa diversidade adequadamente. Nesta circunstância é preciso repensar quem são os jovens de Ensino Médio para inseri-los no mundo do trabalho e também prepará-los para a universidade, tornando as escolas espaços de emancipação e de inclusão.

Da forma como funciona nos dias de hoje, o Ensino Médio, de acordo com Carneiro (2012), é tratado como parte isolada, um mero nível e não como etapa final da educação básica. Sendo assim, percebe-se que não há como resolver os problemas do Ensino Médio público (etapa final da educação básica) sem resolver problemas da pré-escola.

Os resultados do IDH apontam que a qualidade de vida do brasileiro avançou significativamente, mas, infelizmente, verifica-se que os problemas estruturais da educação, como por exemplo, a evasão escolar no Ensino Médio e a baixa qualidade geral da educação básica permanecem.

Dois tipos de Ensino Médio são encontrados no Brasil: um oferecido pelas escolas federais e colégios universitários com padrão internacional e outro, oferecido pelas redes públicas estaduais, carente e defasado. Ou seja, o Brasil não oferece oportunidades iguais para todos os alunos.

Carneiro (2012) explica, o atual Ensino Médio público não prepara o aluno para a vida, para o exercício da cidadania, para o mercado de trabalho e nem para o ingresso na universidade. Nossas escolas não são ruins, só não estão sendo eficientes e adequadas para atender o conjunto de princípios e objetivos que lhe são atribuídas.

Nesse sentido, o Ensino Médio deveria proporcionar o pleno desenvolvimento do aluno, seu progresso para o exercício da cidadania e sua qualificação para ao trabalho. Com uma educação básica de qualidade para todos, os jovens teriam amplo acesso à universidade, o que proporcionaria uma educação superior de qualidade também pra todos. O Estado, numa tentativa de corrigir sua deficiência, criou o sistema de cotas, por meio do qual o aluno chega ao ensino superior por um ato de favor e não por méritos e capacidades próprios o que não lhe

garante uma cidadania saudável, ferindo, inclusive, o princípio constitucional dos direitos de igualdade dos seus cidadãos.

O Ensino Médio que a princípio era elitista, massifica-se numa tentativa de acelerar a economia do país. Aumentam-se as matrículas, independente das dificuldades e da qualidade do ensino ofertado. Escolas são criadas em periferias, com professores temporários e desqualificados e sem material adequado e motivador.

Um dos problemas provocadores da crise no Ensino Médio é a falta de professores bons e talentosos nas escolas públicas brasileiras. Isso acontece porque os jovens não veem a profissão docente como algo atraente. Aquele jovem que domina e tem potencial para a área de física e matemática, por exemplo, jamais irá cursar uma licenciatura, preferindo ir para o curso de Engenharia que oferece, além de prestígio social, oportunidade de crescimento profissional e um salário quatro vezes maior. “As exceções são aqueles que ainda se sentem atraídos por uma razão vocacional remota...” (Carneiro, 2012)

É lamentável ver que o Estado nada faz para reverter essa situação. Para comprovar isso basta ver o descaso com o Plano Nacional de Educação (PNE), vigente até 31 de dezembro de 2010. Nada foi avaliado sobre este plano, criando-se um novo PNE para o período 2014-2024 sem nenhuma preocupação de reverter o estado calamitoso em que se encontram as escolas das redes públicas, testado e comprovado pelo ENEM e pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA).

“É evidente que estes resultados decorrem de uma soma de fatores, sendo o primeiro deles o salário docente. Na sociedade de consumo na qual vivemos atualmente, não se atrai talento profissional sem salário compensador, sem condições de trabalho e sem possibilidade de evolução profissional” (Carneiro, 2012)

Sabe-se, assim, que não é apenas o salário do professor o grande problema. Pode-se aumentar o salário dos docentes e não obter melhora na performance dos alunos, mas é evidente que esse é o primeiro passo. É um ciclo: melhora-se o salário, atrai-se bons profissionais, acaba-se com a falta de qualificação dos professores e consequentemente com a desmotivação destes, melhora-se a qualidade da educação brasileira porque o professor bem remunerado e motivado se preocupará em melhorar sua formação, distribuirá melhor o uso do seu tempo e elevará, como consequência, a qualidade do Ensino Médio.

Além dos problemas vinculados ao salário, há também às condições de trabalho. Os conteúdos programados são dissociados da vida do aluno, visando apenas o ENEM. Não há preocupação com uma capacitação permanente de professores, planejamento e execução das atividades em equipe.

De fato existem razoáveis investimentos do governo brasileiro, mas nenhum se relaciona com o salário docente. Ao se cogitar a possibilidade de aumentar o salário, este aumento está vinculado ao aumento da carga horária, ou seja, aumenta-se também a quantidade de tempo de trabalho.

Neste sentido, algumas soluções deveriam ser tomadas, a exemplo de: responsabilidade bipartite dos salários dos docentes (40% estados e 60% União); reformulação de todo o sistema atual de avaliação da Educação Básica; aumento das vantagens oferecidas ao magistério como, por exemplo, dispensa do pagamento do Fies, dispensa de serviço militar, ajuda de custo para aquisição de equipamentos de informática, bônus adicional na aposentadoria, programas de qualificação docente; aumento do número de escolas técnicas.

Para finalizar, é importante destacar o papel da educação de elevar o nível de consciência da cidadania e de preparar para o exercício da autonomia. Para que a educação atinja o seu objetivo não cabe apenas atribuir essa responsabilidade às escolas e aos seus professores que estão diariamente tentando acertar. É preciso que o Estado brasileiro repense que tipo de conhecimento ele deseja para os alunos do Ensino Médio e realmente invistam em políticas educacionais que respondam aos desafios múltiplos, buscando a redução das desigualdades sociais existentes em nosso país.

2.3. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO MÉDIO

A crise do ensino médio há muito era anunciada. Nesse sentido, o Ministério da Educação, em 2000, em conjunto com educadores de todo o país, criou um documento denominado de Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNs Ensino Médio), visando diminuir tais problemas. Este documento partiu de princípios definidos na Lei 9394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e buscava um novo currículo

que se apoiava em competências básicas para a inserção de nossos jovens na vida adulta. Segundo o documento, o ensino, na forma em que se encontrava, era descontextualizado, compartimentalizado, baseado no acúmulo de informações e precisava, mediante a interdisciplinaridade, incentivar o raciocínio e a capacidade de pensar.

Não só o Brasil, mas todos os países da América Latina, estavam empenhados em repensar o currículo, visto se encontrarem em desvantagem em relação aos países desenvolvidos, no que se refere aos índices de escolarização. Urgia repensar as diretrizes gerais e os parâmetros curriculares que orientavam o Ensino Médio. O fator econômico pressionava mudanças na chamada “revolução informática”, fator central em processos de desenvolvimento, e estimulava a incorporação de novas tecnologias na educação. Se na década de 60 e 70, a economia exigia do Ensino Médio a formação de especialistas que dominassem máquinas e processos de produção, a partir da década de 90 o desafio não é mais acumular conhecimentos, mas adquirir conhecimentos básicos, se preparar cientificamente e ser capaz de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação.

Para elaboração dessa proposta foram feitas diversas reuniões com professores e técnicos de diferentes níveis de ensino, professores de várias universidades do país e representantes de Secretarias Estaduais de Educação, assim como debates abertos à população para que todos pudessem verificar a compreensão e a receptividade em relação aos documentos produzidos.

Como todos os princípios e finalidades da Educação Nacional são estabelecidos pela LDB, vimos através desta que ao Ensino Médio é dada uma nova identidade de Educação Básica. Como tal, a Constituição dá a esse nível de ensino o estatuto de direito de todo cidadão. Isso significa que o Ensino Médio “tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Art.22, Lei nº 9.394/96).

De acordo com o artigo 36 da LDB, o Ensino Médio é tido como etapa final da educação básica e, portanto, deve

“assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental; aprimorar o educando como pessoa humana; possibilitar o prosseguimento de estudos; garantir a preparação básica para o trabalho e a cidadania; dotar o educando dos instrumentos que o permitam “continuar aprendendo”, tendo em vista o desenvolvimento da compreensão dos “fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos”. (BRASIL, 2000)

Em resumo, a Lei estabelece para esse nível de ensino, finalidades até então dissociadas: a formação de valores, aprimoramento intelectual e do pensamento crítico, integração ao mundo do trabalho e o desenvolvimento de estudos autônomos mais complexos.

A sociedade atual compreende que as competências necessárias ao pleno desenvolvimento humano no sentido de um cidadão autônomo, que se insira no processo produtivo, ainda não foram alcançadas. Que competências são essas? A capacidade de abstração, o desenvolvimento do pensamento sistêmico, a capacidade de pensar múltiplas alternativas, o trabalho em equipe, disposição para procurar e aceitar críticas, o saber comunicar-se, são algumas das competências que devem estar presentes em contextos sociais, culturais, políticos como um todo.

São essas competências que o Ensino Médio deve garantir e, para que isso ocorra, o próprio documento norteador cita a necessidade de investimento na área de planejamento, na formação de docentes e na incorporação de instrumentos tecnológicos modernos, como a informática. Isso porque a velocidade da tecnologia torna o conhecimento superado mais rapidamente e exige atualização contínua.

Conforme os PCNs (2000), “a perspectiva é de uma aprendizagem permanente, de uma formação continuada, considerando como elemento central dessa formação, a construção da cidadania em função dos processos sociais que se modificam. Alteram-se, portanto, os objetivos de formação no nível do Ensino Médio.”

Destaca-se nesse documento, assim como na LDB, que a educação deve cumprir um triplo papel econômico, científico e cultural e deve ser estruturada em quatro alicerces: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser.

Nesse sentido, o currículo deve seguir essas mesmas quatro premissas apontadas também pela UNESCO. 1 - Aprender a conhecer: educação ampla, com aprofundamento em determinada área de conhecimento. Aumentando os saberes, melhora-se a compreensão do mundo, desenvolve-se a curiosidade intelectual, estimula-se o senso crítico mediante a aquisição da autonomia na capacidade de discernir. 2 – Aprender a fazer: aplicação da teoria na prática e criação de enfrentamento de novas situações. 3 – Aprender a viver: trabalho coletivo, conhecimento do outro, percepção de interdependências, gestão de conflitos. 4 – Aprender a ser: elaboração de pensamentos autônomos e críticos e formulação de juízos de valor.

A LDB também determina a construção de currículos com uma Base Nacional Comum, a ser complementada. De acordo com essa visão de Base Nacional Comum o conhecimento deve ser contextualizado e relacionado à práticas sociais. Ou seja, os conhecimentos não devem servir de mera informação, mas gerar outras informações que sirvam para solucionar problemas concretos. Frisa-se que uma Base Curricular Nacional não desconsidera nem desvaloriza nenhum conteúdo, porém seleciona-os e integra-os de forma a validar o desenvolvimento pessoal. Os Parâmetros Curriculares dividem o conhecimento escolar em três áreas de conhecimentos que compartilham objetos de estudo e possibilitam a interdisciplinaridade. As três áreas estão assim definidas:

- Linguagens, códigos e suas tecnologias

Envolve a apropriação do uso e a compreensão de sistemas simbólicos. Reconhecimento de que as linguagens verbais, icônicas, corporais, sonoras e formais se estruturam de forma semelhante sobre um conjunto de elementos e de relações que são significativas. Estão inclusas nessa área as disciplinas de Língua Portuguesa, Línguas Estrangeiras, Informática, Artes e Educação Física.

- Ciências de Natureza, Matemática e suas Tecnologias

Envolve a apropriação e construção de sistemas de pensamento mais abstratos e ressignificados; a aprendizagem de concepções científicas atualizadas do mundo físico e natural e o desenvolvimento de estratégias voltadas para a solução de problemas. Estão inclusas nessa área as disciplinas de Matemática, Química, Biologia e Física.

- Ciências Humanas e suas tecnologias

Envolve o desenvolvimento, conhecimento, uso e produção histórica dos direitos e deveres do cidadão e o desenvolvimento da consciência cívica e social, na consideração do outro. Estão inclusas nessa área as disciplinas de Filosofia, Sociologia, História e Geografia.

Como já dito anteriormente, ao se criar as áreas de conhecimento no Ensino Médio pretendia-se integrar diferentes conhecimentos, superando a análise fragmentada da realidade. Não se pretendia criar novas disciplinas, mas unir conhecimentos de diversas disciplinas para solução de problema comum, sob diferentes pontos de vista. Acreditava-se que isso tornaria a aprendizagem mais motivadora dando maior liberdade aos professores de selecionar conteúdos contextualizados de forma interdisciplinar.

No que se refere à parte diversificada do currículo, busca-se atender às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela como verifica-se no Art. 26 da LDB redigido abaixo:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

O desenvolvimento da parte diversificada pode ocorrer na própria unidade escolar de acordo com os projetos curriculares já existentes, envolvendo a inserção do educando na construção do seu currículo, conforme seus interesses e da comunidade a que pertencem.

2.4. PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR

2.4.1 DOCUMENTO NORTEADOR NACIONAL

O Ministério da Educação, em parceria com os estados e o Distrito Federal, através de políticas/programas têm buscado garantir o acesso à educação de qualidade aos jovens do Ensino Médio. Isso ocorre para atender uma das metas do antigo Plano Nacional de Educação que é a universalização do Ensino Médio até 2020. De acordo com o Censo de 2010, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os jovens na faixa de 15 a 17 anos de idade não se matriculavam no Ensino Médio por não verem a aprendizagem como significativa e muitos dos que frequentavam a escola, nesse nível de ensino, se encontravam fora da faixa etária, apresentando distorção idade/série.

Ainda segundo o Censo de 2010, cabe destacar que a rede estadual continua sendo a maior responsável pela oferta de Ensino Médio e responde por 85,9% das matrículas. Todos esses dados reforçavam a necessidade de articular políticas voltadas para a garantia do direito ao ensino médio de qualidade para todos.

Nesse contexto, surge o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), juntamente com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), numa tentativa do Governo Federal de provocar a reestruturação dos currículos do Ensino Médio, ampliando o tempo de permanência do aluno na escola, assim como a diversidade de práticas pedagógicas, de acordo com as necessidades e interesses dos estudantes.

O ProEMI, instituído pela Portaria nº 971, de 09/10/2009, através de seu documento orientador, sugere que as Secretarias Estaduais de Educação e as escolas selecionadas articulem um Projeto de Reestruturação Curricular (PRC) e organizem seus currículos em consonância com as Diretrizes Gerais para a Educação básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, o Documento Base do Programa Ensino Médio Inovador e as matrizes de referência do novo ENEM. Os projetos devem atender as reais necessidades de cada escola, reconhecendo as especificidades de cada região e a melhoria da aprendizagem do estudante. Para fazer parte do programa, as escolas devem ser selecionadas pelas Secretarias Estaduais de Educação, observando os termos da Resolução CD/FNDE nº17, de 19 de abril de 2011, que trata sobre os procedimentos de adesão, de habilitação, as formas de execução e prestação de contas referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), bem como as expressas no Documento Orientador do Programa.

O ProEMI impõe algumas condições básicas para a elaboração do PRC. São elas: carga horária mínima de 3.000 horas, sendo 2.400 horas obrigatórias e 600 horas implantadas de forma gradativa;

- foco na leitura como base para todas as áreas do conhecimento;
- atividades teórico-práticas nas diferentes áreas do conhecimento;
- estímulo às atividades de produção artística para ampliação do universo cultural dos estudantes;
- estímulo às atividades esportivas e corporais;
- estímulo às atividades de comunicação e uso de mídias e cultura digital, em todas as áreas do conhecimento;
- oferta de atividades com práticas multi ou interdisciplinares;

- estímulo à atividade docente em dedicação integral à escola, para planejamento pedagógico, individual e coletivo;
- participação efetiva da Comunidade Escolar através do Projeto Político-Pedagógico;
- participação dos estudantes no ENEM; e
- elaboração de plano de metas para melhoria do índice escolar.

Após recebimento de um ofício encaminhado pela SEB/MEC, no prazo de 30 dias, as Secretarias de Educação poderiam aderir ao programa com a indicação dos nomes das escolas selecionadas. Essas escolas seriam analisadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, responsável pelo cadastro e análise da documentação relativa à habilitação da instituição proponente, indicação orçamentária, trâmites processuais, repasses dos recursos, acompanhamento da execução e análise da prestação de contas, nos termos da Resolução CD/FNDE nº 17, de 19/04/2011.

O programa possui uma estrutura organizacional formada por uma Coordenação Geral, que presta assistência às Secretarias de Educação e um Comitê Estadual do Programa, que seleciona as escolas aptas a participarem do programa e garante que as escolas tenham um professor do quadro efetivo com jornada de 40 horas semanais na função de coordenador local e articulador das ações.

Às escolas selecionadas cabem:

- inserir, no módulo Ensino Médio Inovador do SIMEC, o Projeto de Reestruturação Curricular;
- disponibilizar informações e dados escolares, bem como a disseminação de experiências exitosas;
- participar de reuniões técnicas e eventos de formação;
- proceder à execução e prestação de contas dos recursos;

No que se refere às atribuições do professor articulador, este deve, em conjunto com os demais professores, desenvolver e implantar estratégias para a sistematização das ideias,

ações e projetos; coordenar e acompanhar a execução dessas ações; estabelecer canais de articulação entre Secretaria Estadual e outras instituições.

Os PRC apresentarão ações através da contemplação de macrocampos obrigatórios (Acompanhamento Pedagógico e Iniciação Científica e Pesquisa) e demais macrocampos conforme as necessidades e interesses da equipe pedagógica, dos professores e da comunidade escolar.

Entende-se por macrocampos o “conjunto de atividades didático-pedagógicas que estão dentro de uma área de conhecimento percebida como um grande campo de ação educacional e interativa, podendo contemplar uma diversidade de ações que qualificam o currículo escolar” (BRASIL, 2011). Ao todo são oito macrocampos apresentados abaixo e suas atividades:

1. ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO (obrigatório)

Desenvolverá atividades articuladas aos componentes curriculares, podendo contemplar uma ou mais áreas de conhecimento, focando em temáticas de interesse geral. As atividades poderão envolver turmas completas ou grupos de estudantes e estarem articuladas à outros macrocampos.

2. INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA (obrigatório)

Desenvolverá atividades que integrem teoria e prática, através da utilização de laboratórios, por meio de projetos de estudo e de pesquisas de campo, envolvendo conteúdo de uma ou mais áreas de conhecimento. Metodologias para a sistematização do conhecimento, experimentação, observação de fenômenos, coleta e análise de dados serão utilizadas.

3. CULTURA CORPORAL

Desenvolverá atividades que promovam o desenvolvimento da consciência corporal e do movimento, a compreensão da relação entre o corpo e as emoções e a importância de atitudes saudáveis.

4. CULTURA E ARTES

Desenvolverá a prática de diversas formas de expressão artística, bem como à apreciação e análise de produções artísticas.

5. COMUNICAÇÃO E USO DE MÍDIAS

Desenvolverá os processos relacionados à educomunicação e permitirá que o jovem tenha acesso às diferentes mídias e tecnologias da informação e da comunicação para utilização dos recursos disponíveis e a reflexão sobre o uso crítico das diversas tecnologias.

6. CULTURA DIGITAL

Desenvolverá as condições de acesso às ferramentas e às informações que o possibilite compreender a amplitude da cultura digital e suas múltiplas modalidades de comunicação.

7. PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL

Incentivará a atuação e organização da juventude nos seus processos de desenvolvimento pessoal, social e de vivência política. As atividades apoiarão a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida), construirão a Agenda 21 na escola, o Grêmio e representarão a participação estudantil no contexto escolar e social.

8. LEITURA E LETRAMENTO

Criará alternativas de leitura e produção de textos, explorando diversos gêneros para que o aluno compreenda a leitura e organize a escrita em formas mais complexas. As atividades desenvolverão a leitura crítica de autores da literatura local, nacional e estrangeira.

O PRC deve ser elaborado coletivamente de acordo com a realidade de cada escola e dos seus estudantes. Para isso alguns passos devem ser seguidos:

- descrição do perfil e funcionamento da escola, número e perfil dos professores e equipe técnica, número de matrículas, infraestrutura e dados importantes sobre a comunidade local;

- identificação das possibilidades e potencialidades da escola que contribuam para o desenvolvimento do projeto;

- articulação das ações do PRC com o Plano Político Pedagógico (PPP) da escola e com outros programas do PDE, em especial com o Plano de Ação Articulada (PAR), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Programa Mais Educação, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Informática na Escola (PROINFO), o

Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), o Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR);

- Parcerias com outras instituições (Universidades, Institutos Federais, museus, teatros, etc);

- Acompanhamento e avaliação das ações com base nos resultados do IDEB, ENEM, índices de reprovação, evasão, abandono, etc.

Às escolas que forem aprovadas para o projeto serão destinados recursos financeiros para o desenvolvimento de propostas curriculares que poderão ser empregados em material de consumo, locação e serviços de infraestrutura a serem utilizados em eventos, locação e serviços de utilização de equipamentos relacionados à utilização esporádica, aquisição de materiais e bens para adequação de ambientes, contratação de serviços de consultoria de instituições de ensino superior, aquisição de materiais pedagógicos, aquisição de equipamentos e mobiliários, aquisição de materiais e tecnologias.

A avaliação e o acompanhamento do Programa serão realizados por meio do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC), atualizado periodicamente através de relatórios contendo os indicadores de desempenho escolar e plano de metas para a melhoria da qualidade de ensino e o detalhamento das estratégias realizadas pela escola.

Em 2013, o Governo Federal publica um novo Documento Orientador e foram observadas algumas mudanças em relação ao Documento Orientador publicado em 2011. O Projeto de Reestruturação Curricular (PRC) recebe nova nomenclatura, sendo agora conhecido como Projeto de Redesenho Curricular, mas permanece com a mesma sigla. Além disso, são acrescentadas às condições para a construção do PRC atividades em Línguas Estrangeiras, desenvolvidas em ambientes adequados com a utilização de recursos que facilitem o aprendizado dos estudantes. Identificou-se também uma mudança em relação aos macrocampos. A escola deverá, agora, contemplar o macrocampo obrigatório “Integração Curricular” e escolher pelo menos três macrocampos de acordo com suas necessidades.

“Compreende-se por macrocampo um campo de ação pedagógico-curricular no qual se **desenvolvem atividades interativas, integradas e integradoras dos saberes, dos tempos, dos espaços e dos sujeitos envolvidos com a ação educacional.**” (BRASIL, 2013). O Macrocampo Integração Curricular (obrigatório) deverá dialogar e interagir com todas as

áreas do conhecimento/disciplinas, partindo de um eixo comum – trabalho, ciência, tecnologia e cultura, de modo a dinamizar as experiências oferecidas aos jovens alunos, ressignificar os saberes e experiências. Surge o macrocampo de Língua Estrangeira, responsável por desenvolver atividades em espanhol, inglês ou outras línguas, que levem o aluno a praticar a comunicação oral em situações de uso da língua. Recebe nova nomenclatura o macrocampo Cultura e Artes (agora Produção e Fruição das Artes) e os macrocampos de Comunicação e uso de mídias e Cultura Digital, se unem para formar um novo macrocampo: Comunicação, Cultura Digital e uso de Mídias. Permanecem sem alteração os macrocampos de Leitura e Letramento, Cultura Corporal e Participação Estudantil.

2.4.2 DOCUMENTO NORTEADOR ESTADUAL

Na Paraíba, assim como nos outros estados brasileiros, o Ensino Médio também apresenta dificuldades em atender as necessidades e expectativas dos jovens e adultos, alunos desse segmento. Observando os dados divulgados no Censo escolar 2012, é visível a diminuição do número de matrículas nos anos de 2010 e 2011, assim como também percebemos o alto percentual de reprovação e abandono escolar, causando grande preocupação à Secretaria de Estado da Educação. Outro problema encontrado se refere à distorção idade-série visto que o percentual de jovens de 15 a 17 anos que não frequentam a escola ainda é um dos principais problemas da educação.

O Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI, instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, faz parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, numa tentativa do Governo Federal de estimular a reestruturação dos currículos e ampliar o tempo do aluno na escola, procurando atender as atuais necessidades do Ensino Médio. Neste sentido, orientou-se os Sistemas de Ensino e as escolas selecionadas para a formulação de seus Projetos de Redesenho Curricular (PRC) a fim de que organizassem os currículos do Ensino Médio em consonância com as Diretrizes Gerais para a Educação Básica, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/SEB 02/2012), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, e as Diretrizes Curriculares para Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio (Resolução CNE/SEB 06/2012), as proposições presentes no Documento Orientador do Programa Ensino Médio

Inovador (ProEMI) 2013, considerando ainda as bases legais constituídas pelos respectivos Sistemas de Ensino.

Na Paraíba, apesar do convênio com o Governo ter sido assinado em 2009, apenas em 2012 ele é implantado em 26 escolas da rede pública. Dentre essas escolas, está a Escola Estadual “Orlando Venâncio dos Santos”. O Governo Estadual buscava com essa implantação o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras e a ampliação da permanência dos alunos na escola, como forma de garantir a sua formação integral.

Em 2013, o Programa Ensino Médio Inovador é ampliado para mais 22 escolas, num total de 48 escolas. Reconhecia-se que o redesenho curricular proposto pela programa poderia “contribuir para construir as bases de sustentação para um novo ensino médio na Paraíba” (PARAÍBA, 2013, p. 6)

O currículo do ProEMI é orientado pelas DCNEMs (Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio). De acordo com essas orientações, a metodologia a ser adotada deve proporcionar a valorização da leitura e do desenvolvimento da capacidade de aprender, de forma investigativa e criativa, bem como a iniciação científica através da articulação teoria/prática. A figura abaixo representa o currículo definido pelas DCNEM e reafirmado pelos Referenciais para o Ensino Médio do estado da Paraíba.



Nesse sentido, os macrocampos devem contemplar os seguintes aspectos: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. São introduzidos nesse currículo 8 macrocampos a nível estadual: Acompanhamento Pedagógico, Iniciação Científica e Pesquisa, Leitura e Letramento (todos três de caráter obrigatório), Língua Estrangeira, Cultura Corporal, Produção e Fruição das Artes, Comunicação, Cultura Digital e Uso das Mídias e Participação Estudantil (desses cinco devem ser escolhidos três para compor o Projeto de Redesenho Curricular). Essa organização curricular pode ser elaborada pela equipe da escola, de forma coletiva, com a participação dos professores, técnicos e gestores que têm autonomia para elaborar um Projeto de Redesenho Curricular – PRC, desde que esteja em consonância com as DCNEMs e as orientações do ProEMI.

O Projeto de Redesenho Curricular – PRC deve atender às reais necessidades das unidades escolares, sempre procurando melhorar a aprendizagem do estudante. A Escola Estadual “Orlando Venâncio dos Santos”, pertencente a 4ª Gerência de Ensino, na cidade de Cuité, na implantação do Programa fez a opção por seis macrocampos, a saber: Acompanhamento Pedagógico; Leitura e Letramento; Iniciação Científica e Pesquisa; Cultura e Arte; Comunicação e uso de Mídias; Cultura Corporal. Terminado o ano de 2012, após uma avaliação do ano letivo e do programa em si, há uma troca do macrocampo Cultura Corporal por Participação Estudantil, acreditando que este está mais voltado ao interesse dos alunos. Os macrocampos “Acompanhamento Pedagógico”, “Comunicação e Uso de Mídias” e “Cultura e Arte” recebem novas nomenclaturas: “Integração Curricular”, “Comunicação, Cultura Digital e Uso de Mídias” e “Produção e Fruição das Artes”, respectivamente.

A Secretaria de Estado da Educação da Paraíba teve a preocupação de distribuir a carga horária semanal, de 40 horas, de efetivo exercício para os gestores escolares e adjuntos, técnicos pedagógicos/supervisores escolares, professores articuladores, conforme descrição a seguir:

- Professores articuladores

10h de docência, 10h na função de Articulador, 15h de estudo/planejamento e 5h para outras atividades.

- Professores

20h de efetivo exercício da docência; 20h de estudo, planejamento e outras atividades. No que se refere ao planejamento, este é distribuído em 5h para estudo, 5h para planejamento por área, 5h para formação continuada e 5h para planejamento integrado e participativo.

A carga horária para os alunos é de tempo integral, sendo 7 horas e trinta minutos de aula/dia (9 aulas de 50 minutos), com exceção da sexta-feira, quando estudam apenas no período matutino, com direito a parada para dois lanches e almoço/descanso.

Para garantir a efetividade social, a qualidade pedagógica, a eficiência e a eficácia das ações previstas, o ProEMI Paraíba acompanha, monitora e avalia os macrocampos através da assiduidade, pontualidade e interesse, trabalhos interdisciplinares individuais ou em grupo, participação e relatórios individuais e em grupo sobre as competências desenvolvidas.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este trabalho teve início com uma pesquisa bibliográfica sobre o histórico do ensino médio no Brasil e estudos baseados na crise do Ensino Médio, além de documentos oficiais que tratam do tema abordado. O campo de pesquisa foi formado por duas turmas de 3º ano do Ensino Médio – Ensino Inovador, em uma escola pertencente ao Polo de Cuité – 4ª Gerência Regional de Ensino. Como metodologia, primeiramente foram aplicados questionários com questões abertas e fechadas, com 80 alunos o que representava 100 % dos alunos no mês de fevereiro do ano de 2014, procurando analisar o desenvolvimento do ProEMI nos anos de 2012 e 2013. Na última semana de novembro de 2014, foram realizadas entrevistas com apenas 4 (quatro) alunos, num total de 5 %, dos alunos desta série, selecionados pelas respostas mais contundentes encontradas nos questionários aplicados no início do ano. Com essas entrevistas buscava-se analisar o programa durante o ano de 2014.

A “Escola Estadual de Ensino Médio Orlando Venâncio dos Santos” surgiu da necessidade de atender uma demanda populacional urbana em expansão, no município de Cuité. Até a década de 1970, havia na cidade apenas uma Escola Estadual de 1ª a 4ª série. A continuidade dos estudos era realizada em escolas particulares. Em 1970, foi fundada pelo então governador João Agripino Filho, o Ginásio Estadual de Cuité, Lei 5.125 de 9 de outubro de 1970 e publicada no Diário Oficial da Paraíba, em 13 de outubro de 1970. A nova escola

começou a funcionar no prédio do Instituto América, doado pelo diretor, para esse fim. As atividades escolares tiveram início em março de 1971, oferecendo as quatro séries do antigo Ginásio. Seu diretor fundador foi o advogado Roosevelt Vita. A secretária geral fundadora foi Maria José Dantas que administrou de 1970 a 2000. Em 1977, o governador Ivan Bichara, em cumprimento a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional – Lei 5.692/71 de 11 de agosto de 1971, implanta o Ensino de Segundo Grau, passando a ser denominada de Escola de 1º e 2º graus de Cuité. No ano de 1997, em homenagem ao diretor do antigo Instituto América de Cuité, recebe a denominação de “Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Orlando Venâncio dos Santos”, conforme a lei nº6. 542 de 10 de outubro de 1997. Em oito de julho de 1997, passa a integrar o projeto CEPES (Centro Paraibano de Educação Solidária), programa do Governo Estadual. A partir do ano de 2012, a Escola é reordenada, passando a oferecer exclusivamente o Ensino Médio. É implantado o Ensino Médio Inovador.

A escola possui uma área territorial de 7.105m² e três pavilhões assim distribuídos: 1º Pavilhão 01 sala para a direção, 02 salas para a secretaria, 01 sala para os professores, 01 sala para a coordenação pedagógica, 01 laboratório digital para professores, 05 salas de aula, 01 sala para educação especial, 02 banheiros masculinos para os professores e funcionários, 02 banheiros femininos para as professoras e funcionárias, 02 banheiros masculinos para pessoas com necessidades especiais, 02 banheiros femininos para pessoas com necessidades especiais, 01 almoxarifado. O 2º pavilhão possui 01 laboratório de informática para os alunos, 01 sala multimídia, 06 salas de aula e 01 bateria de 03 banheiros masculinos para os alunos, 01 bateria de 03 banheiros femininos para as alunas, 02 bebedouros com cinco torneiras. O 3º pavilhão possui 01 biblioteca, 01 laboratório de ciências, 01 aérea coberta para refeição, 01 almoxarifado, 01 cozinha/despensa, 02 bebedouros com cinco torneiras, 01 pátio livre e 02 corredores. As salas são amplas, arejadas e bem iluminadas. A conservação em geral é boa, graças ao trabalho de conscientização de alunos e comunidade, visando a preservação do patrimônio escolar. Conta atualmente com 25 turmas, sendo treze do ProEMI, cinco da EJA e sete do ensino médio regular. O número total de alunos é de 817, sendo 447 do ProEMI, 230 da EJA e 140 do ensino médio regular. O número total de professores é de 46, sendo 23 do ProEMI e 13 dos demais níveis de ensino. Funciona nos turnos manhã e tarde com o ProEMI de segunda a sexta das 7h00 às 11h30 e de segunda a quinta das 13h00 às 16h30. No horário noturno, as aulas funcionam das 19h00min às 22h00min.

Cerca de 70% da comunidade escolar é residente na cidade de Cuité, no centro e nos bairros. Outra parte advém da zona rural e um número muito pequeno da cidade vizinha:

Nova Floresta. Os alunos, na sua maioria, são de famílias carentes, que vivem de pequenos comércios, empregos públicos municipais, trabalhadores rurais, autônomos e outros da renda da bolsa família.

Hoje, alunos da rede particular também procuram a escola devido à importância que a mesma tem assumido nos últimos tempos, com os resultados do ENEM e vestibulares. Levando-se em conta a fragilidade familiar em que a sociedade, de forma geral, se encontra, os jovens ficam a mercê das drogas, do alcoolismo e da gravidez precoce. A violência ainda é algo presente. A repetência e o abandono diminuíram consideravelmente nos últimos anos, no entanto, a clientela do turno noturno, ainda é um desafio a ser vencido. A falta de conhecimentos acumulados no decorrer do tempo e a falta de perspectiva dos nossos jovens e adultos tem provocado, principalmente, o abandono.

A primeira pergunta do questionário aplicado, de caráter objetivo, solicitava que o aluno se posicionasse a favor ou contra o ProEMI. Com um resultado bem apertado, 48% dos alunos se posicionam a favor do programa em detrimento de 52% que opinaram contra, conforme gráfico abaixo.

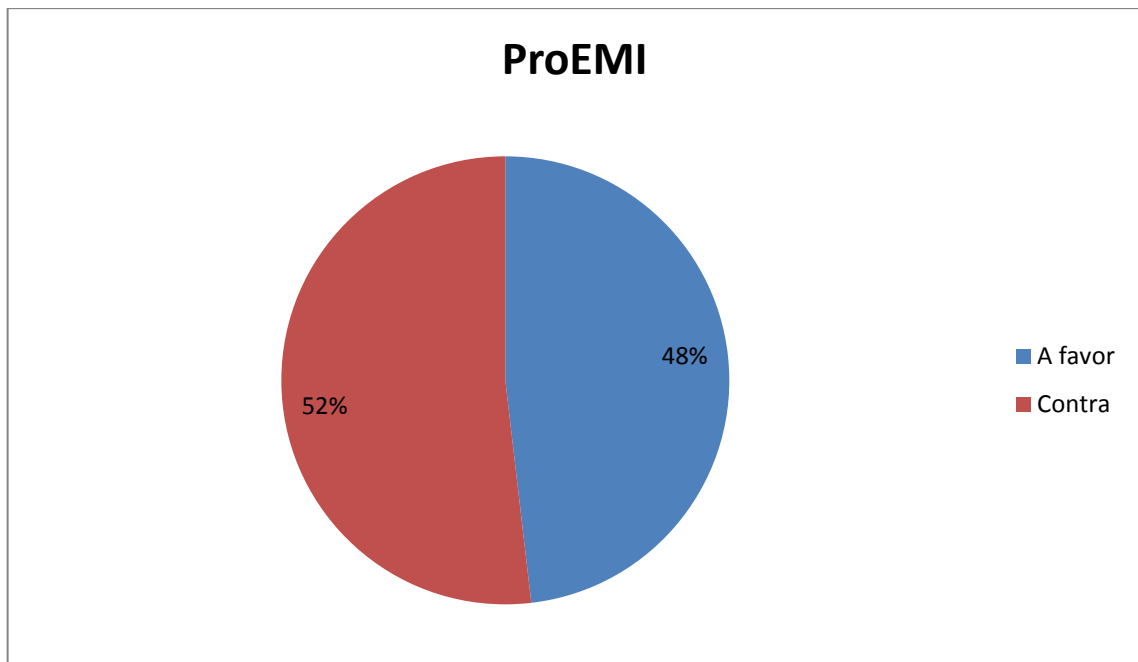


Gráfico 1: Opinião dos alunos a respeito do Programa ProEMI

Como justificativa para a aceitação do programa os alunos alegam que as novas disciplinas surgiram para diferenciar e inovar as tidas como “normais”; ajudar a aprofundar os estudos; criar no aluno responsabilidade com a escola por passar mais tempo nela; aumentar e

reforçar o conhecimento; melhorar o aprendizado; abranger mais assuntos; trazer mais recursos para a escola; exigir mais dedicação do aluno e proporcionar mais aulas práticas, além de entretenimento e interatividade. Como justificativa para a não aceitação do ProEMI os alunos alegam a sobrecarga de atividades, não sobrando tempo para as revisões e estudo em casa; o cansaço físico por passar o dia inteiro na escola; tempo perdido com os macrocampos, que não preparam para o ENEM, impossibilidade de fazer um cursinho preparatório para o ENEM; ausência do convívio familiar; matérias desnecessárias; falta de preparação para o ENEM; falta de estrutura da escola; macrocampos com assuntos não interessantes ou menos importantes que o ENEM.

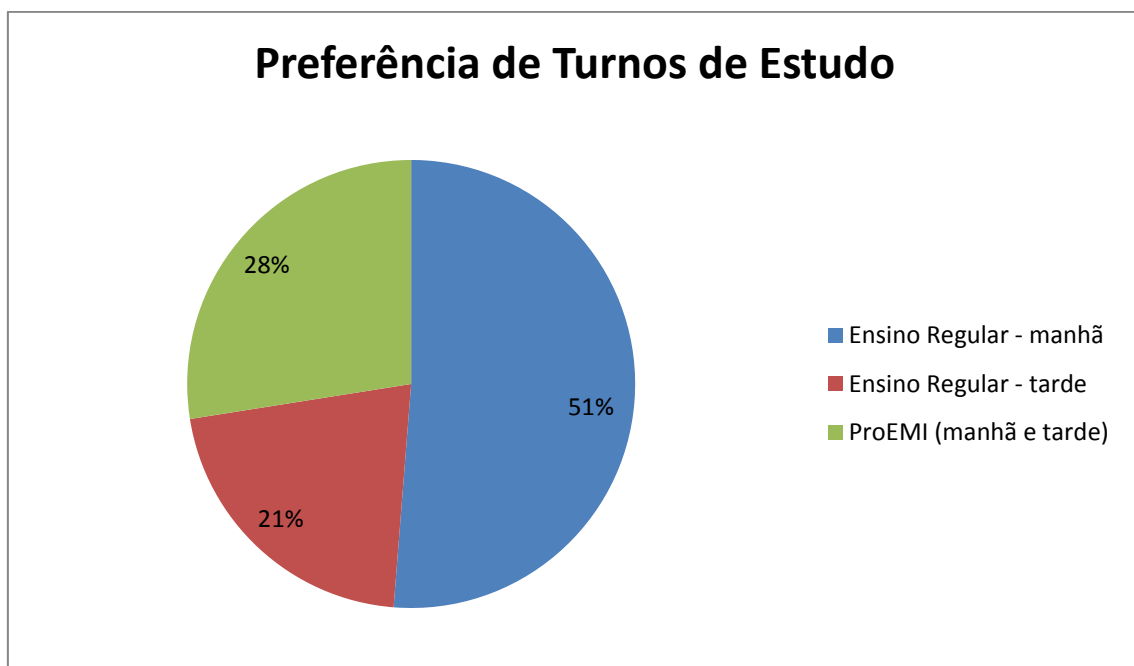


Gráfico 2: Preferência dos alunos caso pudessem optar pelo turno (ou turnos) de estudo

Na segunda questão, os alunos deveriam assinalar, se houvesse a oportunidade, a modalidade de preferência de estudo. Eram três opções: ensino regular, só pela manhã, ensino regular só a tarde e o ProEMI (manhã e tarde). Quarenta e um alunos – 51% - optaram por, caso houvesse oportunidade, se matricular no ensino regular, apenas pela manhã, alegando haver maior disposição neste turno, estar com a mente mais descansada, sobrando tempo para fazer os trabalhos e estudar à tarde e à noite, focar os estudos no ENEM, assim como para o lazer, se dedicar a igreja e ter uma “vida social”. Vinte e dois alunos – 28% - permaneceriam no ProEMI, estudando manhã e tarde, pois acreditam na melhoria do ensino, após a adesão ao programa, no aumento dos conhecimentos proporcionados pelas novas matérias e alegam que realmente ficam focados nos estudos e estando em casa poderiam se distrair com outras coisas

não relacionadas à escola. Dezesete alunos – 21% - marcaram preferir estudar no ensino regular só à tarde, pois poderiam dormir até tarde, trabalhar pela manhã, rever conteúdos e fazer atividades sem se preocupar com a hora.

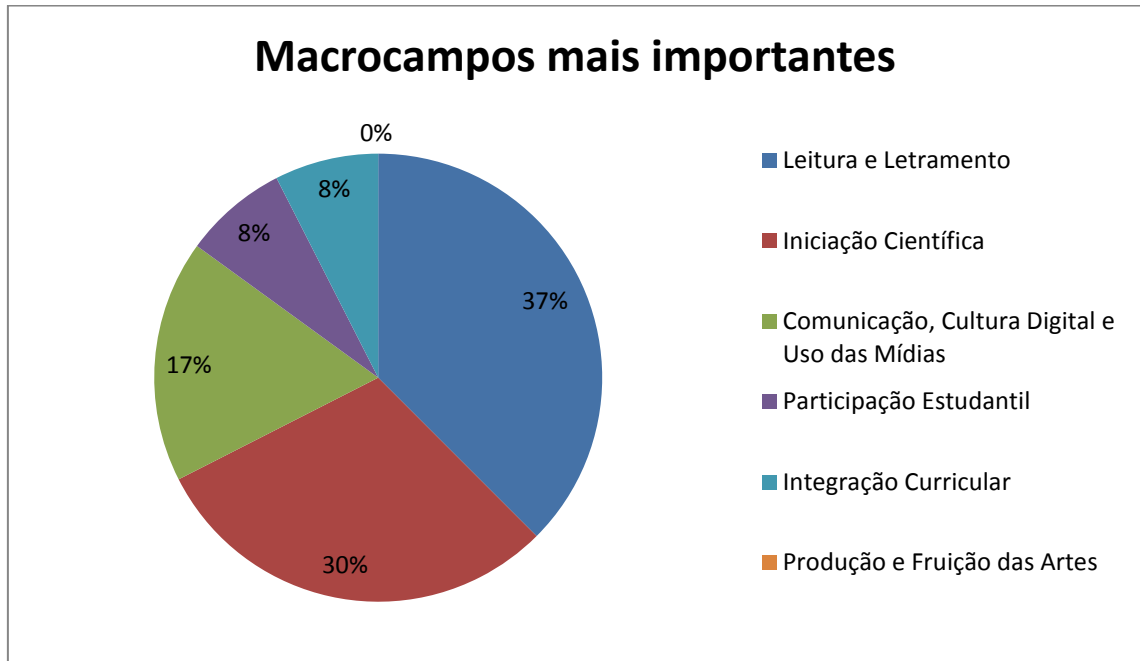


Gráfico 3: Macrocampos mais importantes, segundo os alunos, em 2012 e 2013

Em relação às disciplinas de macrocampo, de maior importância, que não deveriam sair do currículo, encontramos o de Leitura e Letramento em primeiro lugar, com 37% das citações, devido a necessidade de melhorar e praticar a leitura e a escrita e até a caligrafia. Tal disciplina, segundo os alunos, prepara para o ENEM, pois ajuda na redação e na interpretação das questões, além de dar um reforço na disciplina de Língua Portuguesa, dando continuidade a assuntos abordados nas disciplinas “normais”.

O macrocampo Iniciação Científica aparece em segundo lugar (30%), pois ensina melhor a fazer pesquisas e artigos importantes para a universidade, elabora relatórios científicos, aborda muita coisa das disciplinas Química e Biologia o que ajuda no ENEM e apoia jovens cientistas.

Comunicação, Cultura Digital e Uso das Mídias, em terceiro lugar em nível de importância (17%), ajuda no ENEM por abordar temas importantes, falar sobre mídia e as informações nela expressas, envolver a tecnologia, presente no mundo atual, ensinar a mexer no computador e estimular a comunicação com o outro. O desempenho da professora que ministra a disciplina foi citado como relevante para o sucesso da mesma.

Em quarto lugar se encontram empatados os macrocampos de Participação Estudantil e Integração Curricular com 8% cada um. O primeiro ajuda o aluno a se expressar, dar sua opinião, aborda temas importantes e atuais que preparam para o ENEM e é visto como a disciplina (que) na qual o aluno pode participar tendo “vez e voz”.

Integração Curricular, o último macrocampo citado, faz uma integração das disciplinas, o que dinamiza as aulas, tornando-as interessantes, além de dar apoio ao ENEM. O macrocampo Produção e Fruição das Artes não foi citado por nenhum aluno.

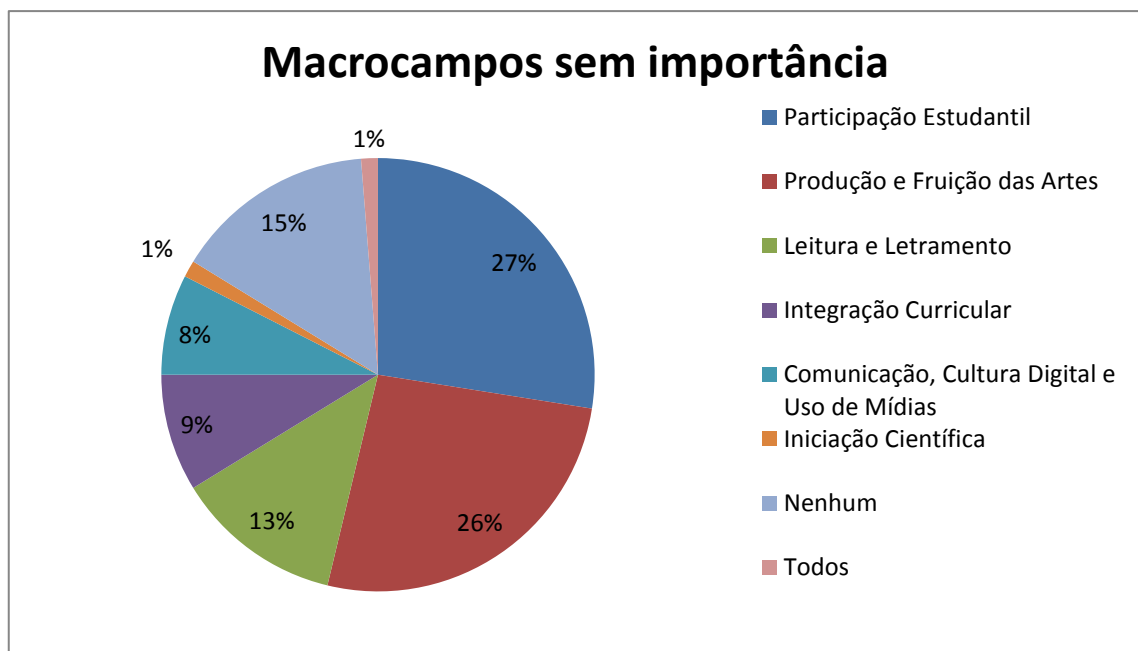


Gráfico 4: Macrocampos de menor importância, segundo os alunos, em 2012 e 2013

No que se refere às disciplinas de macrocampo de menor importância e que deveriam sair do currículo, encontramos, em primeiro lugar, Participação Estudantil com 27% das citações. Muitos alunos alegam que o professor não fazia nada e só ficava enrolando, ou até mesmo que não tiveram nenhuma aula deste macrocampo em anos anteriores. Além disso, alegaram que não há auxílio ao Enem como nos outros macrocampos e que este só falava em meio ambiente, procurando conscientizar o aluno e que são feitos projetos que não são colocados em prática e portanto, não teriam utilidade no futuro.

Em segundo lugar vem Produção e Fruição das Artes (26%) por apresentar conteúdos desnecessários, só falando de pinturas, artesanato e desenhos que não acrescentam nada de importante e não está relacionado nem ao ENEM, nem ao dia a dia. Alguns alegam também não terem tido aula desde macrocampo e que o mesmo possui conteúdos iguais aos da disciplina Artes.

Leitura e Letramento, de acordo com alguns alunos (13%), não possui objetivo específico, é difícil de entender e não ajuda em nada. Ainda houve a alegação do conteúdo proposto pelo professor fugir ao objetivo da disciplina e não haver a necessidade da mesma por todos estarem no ensino médio e que portanto, já terem base de leitura e escrita.

Integração Curricular está em quarto lugar como um macrocampo sem importância (9%), pois não influencia nos conteúdos, não tem objetivo e estudo específicos, é repetitivo, falando sempre da mesma coisa e é inviável, porque não existe professor que domine todas as disciplinas.

Na sequência está Comunicação, Cultura Digital e Uso das Mídias (8%) que por ter como objeto de estudo um assunto tão presente no dia a dia não se faz necessário seu estudo. Também há a alegação que os temas são sem importância e os assuntos não podem ser utilizados no dia a dia.

Iniciação Científica (1%) foi o macrocampo citado por apenas um único aluno que argumentou que o macrocampo não tinha conteúdo e que o professor não fazia nada em sala.

De acordo com 15% dos alunos questionados, nenhum macrocampo pode ser considerado sem importância. Segundo eles, todos têm propostas interessantes, mas alguns não são bem explorados por alunos e professores. Apenas um aluno (1%) afirmou que todos os macrocampos deveriam ser retirados do currículo porque alguns professores não tem preparo para ministrá-los.

Ao serem perguntados sobre as mudanças ocorridas no ProEMI durante os anos de 2012 e 2013, os alunos citaram muitas, elencados a seguir:

- Alteração de alguns macrocampos;
- Controle da frequência dos alunos (uso de cadernetas também para os macrocampos);
- Maior exigência por parte dos professores;
- Maior participação por parte dos alunos;
- Melhoria da estrutura da escola e da qualidade do ensino por causa do investimento financeiro que a escola recebeu;
- Maior organização dos macrocampos;
- Melhor qualificação e esforço dos professores;
- Valorização dos macrocampos;

- Aumento da quantidade de alunos ocasionando salas superlotadas;
- Conteúdos voltados para as disciplinas “oficiais”;
- Aulas mais interessantes;
- Muitas transferências para o turno noturno;
- Reprovação de muitos alunos por falta de interesse nas novas disciplinas;
- Aprimoramento e melhoria do programa;
- Aumento das aulas de campo;
- Parceria da direção da escola com a UFCG;
- Macrocampos passam a ser obrigatórios;
- Macrocampos vão adquirindo o mesmo formato de uma matéria “normal”;
- Estudo em horário integral com melhor atendimento aos alunos da zona rural;
- Maior preocupação com a leitura e a escrita do aluno;
- Aumento do número de alunos aprovados nas universidades;
- Maior interação com os alunos;
- Aquisição de novos equipamentos para jogos, teatro e dança;
- Ensino mais puxado, fazendo com que se estude mais.

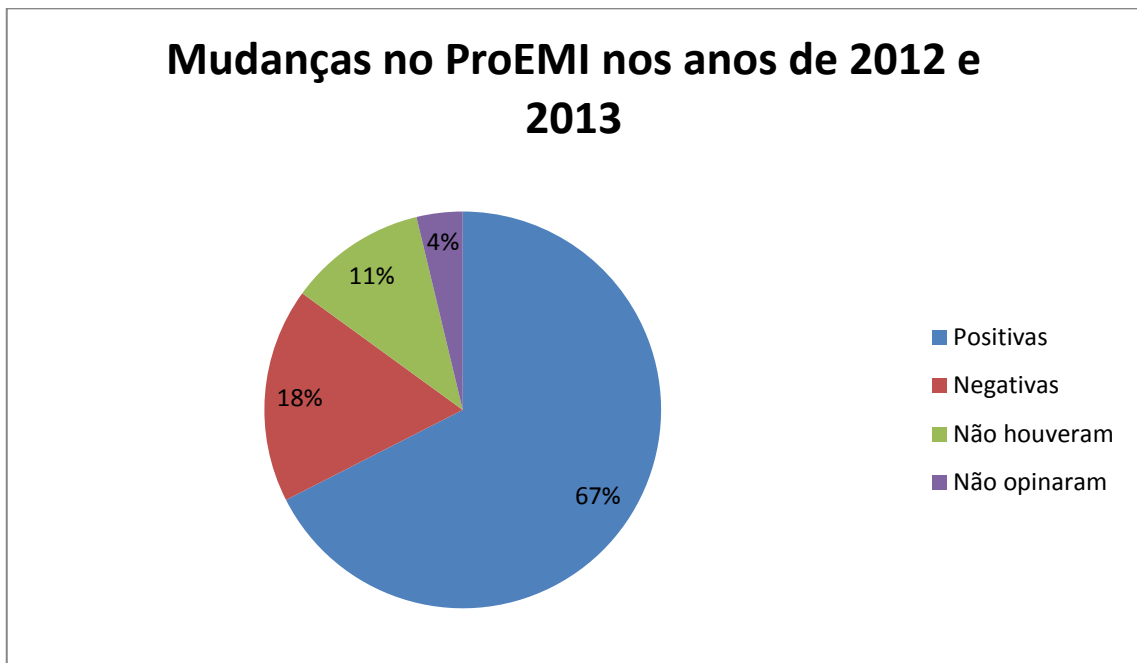


Gráfico 5: Ponto de vista dos alunos em relação às mudanças no programa ProEMI nos anos de 2012 e 2013

Em relação a essas mudanças, a maior parte dos alunos, um total de 67% de alunos, percebeu uma mudança positiva, 18 % alegam que as mudanças ocorridas foram negativas, 11% acreditam que não houve mudança alguma e 4% não opinaram por não terem estudado na escola durante os anos citados.

Como pontos positivos verificou-se que alguns professores se empenharam em ajudar os alunos com conteúdos de difícil compreensão, os macrocampos ficaram mais interessantes, melhorou o desenvolvimento da escola e o aprendizado dos alunos. Com a ampliação de conhecimentos os alunos ficaram mais experientes e melhorou a forma como as pessoas de fora olhavam para a escola, ou seja, esta passou a ser bem vista pela comunidade. Prova disso é que muitos estudantes que estudavam em escolas particulares foram se matricular na escola. Com maior responsabilidade dos professores e dos alunos, houve um melhor aproveitamento. Muitos assuntos estudados caíram no ENEM o que valorizou o programa. Além disso, o programa dá a noção de como é estudar na universidade.

Como pontos negativos, citam a superlotação das salas, o aumento da carga horária, a falta de estrutura da escola (banheiros), o aperto dos horários, o aumento do cansaço físico e mental, a forma de avaliação dos macrocampos e as matérias “normais”, que deveriam ser diferenciadas, o pouco tempo restante para se fazer tarefas de casa, conteúdos vagos se comparados aos conteúdos escolares o que prejudica a dedicação ao ENEM.

Muitas foram as sugestões dadas pelos alunos para atender às necessidades dos jovens que cursam o Ensino Médio:

- Formação dos alunos do 3º ano voltada unicamente para preparação para o ENEM;
- Existência de mais simulados para o ENEM;
- Professores ensinarem apenas uma disciplina;
- Dois expedientes, sendo um com aulas voltadas apenas para o ENEM;
- Macrocampos voltados para o ENEM;
- Espaço entre as aulas para estudo individual e exercícios;
- Mais laboratórios e salas de informática;
- Mais aulas práticas;
- Mais livros na biblioteca e tempo para estudá-los;
- Melhoria na estrutura da escola com quadra de esportes, dormitórios e piscina para natação;

- Lanche mais nutritivo;
- Banheiros com chuveiros;
- Capacitação de professores;
- Área de lazer para os que ficam o dia inteiro na escola;
- Salas climatizadas e com menos alunos;
- Melhoria da internet para que esta servisse para todos os alunos;
- Reforço das disciplinas normais com aulas preparatórias para o ENEM;
- Maior abertura para aceitar a opinião, sugestão e novas ideias dos alunos;
- Cursos profissionalizantes no lugar dos macrocampos;
- Criação de um cursinho pré-vestibular à noite.

Ao serem questionados sobre os objetivos do ProEMI, 49% dos alunos declararam não ter conhecimento dos objetivos do programa, enquanto 51 % restante alegam que os objetivos do programa são: tentar tirar os jovens das drogas e das ruas, melhorar a aprendizagem dos alunos, erradicar o trabalho infantil, aumentar o número de alunos que ingressam no ensino superior, aumentar a nota do IDEB, incentivar os alunos a estudarem, inovar a metodologia dos ensino.

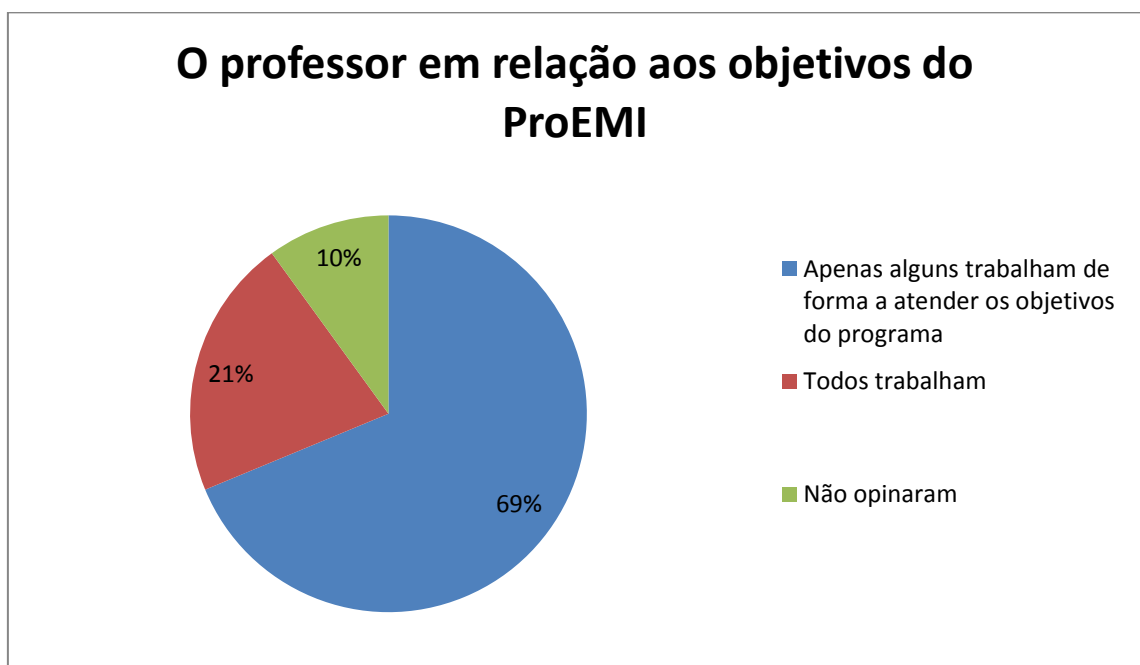


Gráfico 6: O professor e sua relação com o macrocampo

Em relação aos professores, 69% dos alunos afirmaram que apenas alguns trabalham de forma a atender os objetivos do programa visto que alguns aparentam não ter preparação para

lecionar as disciplinas de macrocampo, faltam muito às aulas, permanecem na sala de aula esperando o tempo passar, sem fazer nada, nem dar conteúdo, outros dão conteúdos que não serão úteis no futuro, perdendo tempo com atividades desnecessárias. Além disso, alguns dos professores querem ministrar o macrocampo igual à disciplina que lecionam, como se não tivessem interesse, não levam a sério os macrocampos. Também não há inovação na forma de repassar os conteúdos e muitos começam um projeto e não o concluem.

Em contrapartida, 21% dos alunos acreditam que os professores procuram repassar os conteúdos de forma clara, interagindo com o aluno de forma adequada, sem se desviarem das metas do ProEMI, afinal se o objetivo do programa é melhorar o aprendizado dos alunos, os objetivos estão sendo alcançados. Os demais alunos, o que corresponde a 10% dos pesquisados, preferiram não opinar a esse respeito.

Dando continuidade à pesquisa de campo, foram feitas entrevistas com quatro alunos do 3º ano, para verificar, após cursarem praticamente quatro bimestres no ano de 2014, como estavam suas opiniões a respeito do ProEMI. Primeiramente se perguntou se continuavam com a mesma opinião sobre o programa. Três responderam que sim e um que havia mudado, ficando 75% contra o programa e apenas 25% a favor. Todos concordam que o programa melhorou muito em organização, mas que por estar mais organizado, exige mais responsabilidade e atenção dos alunos e isto prejudicou a dedicação aos estudos voltados para o ENEM.

Em relação às disciplinas mais importantes e de menor importância houve alteração de opinião de todos os entrevistados. Questionados sobre o porquê dessa mudança, todos foram unânimes em afirmarem que esta ocorreu devido à mudança dos professores. “Por mais que seja uma disciplina boa, se o professor não souber ministrar a aula, vai se tornar ruim”, afirma um deles. “Na verdade eu gosto mais do macrocampo devido ao professor que o ensina”, cita um outro. “Tem uns professores que são mais dinâmicos e outros que são mais rígidos. Quando o professor é mais dinâmico ele atrai mais o aluno para dentro de sala de aula, para se associar aluno com professor e ter aquela ajuda. Esse ano foi totalmente diferente, alguns professores acharam que porque tem que ter nota, tem que ser rígido igual a outra matéria e isso veio a dificultar mais o ensino.”, foi a opinião de outro aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste estudo foi verificar a opinião dos alunos que cursam, em 2014, o 3º ano do Ensino Médio Inovador, sobre o programa, as mudanças ocorridas na aprendizagem percebidas pelos mesmos durante esses três anos de implantação e as causas de uma possível rejeição ao programa.

Este trabalho realizou-se, primeiramente, através de uma pesquisa documental e bibliográfica, baseada em documentos oficiais do governo, tentando entender o que levou a criação do programa, assim como entender quais seriam seus objetivos e se eles estavam sendo alcançados na escola pesquisada, na percepção dos alunos. Além dos documentos oficiais, o livro do professor Moacir Carneiro, intitulado “O Nó do Ensino Médio” serviu também como referencial teórico na tentativa de encontrar uma solução para os problemas encontrados no Ensino Médio ao longo de sua história.

Após o levantamento histórico do Ensino no Brasil, pude perceber que desde sua criação, o ensino médio, então denominado de ensino secundário, é visto como ponte para o ensino superior. Mesmo sabendo da importância do mesmo na formação do homem para todos os setores da atividade nacional, construindo hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si mesmo e a tomar decisões convenientes e seguras, o ensino médio sempre foi, e continua sendo visto como aquele que deve capacitar o indivíduo para entrar na universidade.

Além disso, ficou claro que sempre caiu sobre o ensino médio a obrigação de resolver os problemas econômicos do país, como por exemplo, sempre que necessário, suprir a carência de trabalhadores capacitados. Nesse último caso, surge a divisão de função e grau de importância do ensino médio: a elite o utiliza como trampolim para entrar na universidade e os menos favorecidos, o veem como uma oportunidade de se instruir para conseguir emprego. Essa dicotomia de funções gerou uma insatisfação por parte de todos, cidadãos e governo, porque percebeu-se que o ensino médio não atende, com eficiência, a nenhuma dessas duas funções.

O que se encontra hoje em nossas escolas é mais uma tentativa de acertar. Criou-se um programa novo por um Governo que o implantou sem nenhuma noção prática de como ele

seria organizado, apenas com visões teóricas e utópicas. Este fato é comprovado porque no documento norteador nacional diz que cabe à escola, após aderir ao programa, disponibilizar informações e dados escolares, bem como a disseminação de experiências exitosas. Ou seja, se der certo em algum lugar, que esta experiência sirva de exemplo para os outros.

No primeiro ano de sua implantação na escola pesquisada, em 2012, o programa não foi aceito por alunos, professores e pelo governo estadual, ou, por melhor dizendo, não foi compreendido. Os alunos não frequentavam as aulas de macrocampo alegando que os professores não sabiam o que fazer e não davam nenhum conteúdo que fosse útil. Em 2013, após a primeira tentativa frustrada, mas já com alguma noção e muita vontade de fazer o programa dar certo, os macrocampos passaram a ser acompanhados através de caderneta (diário de classe), sendo cobrado dos alunos frequência e notas. A expectativa era que isso incentivasse alunos e professores para que os mesmos passassem a valorizar os macrocampos e os colocassem em igual grau de importância com as demais disciplinas. Essa mudança foi bem vista pela maioria dos alunos que passaram a se interessar pelos macrocampos.

A maior parte dos alunos começaram a participar das aulas, muitos professores “correram atrás” de se qualificar para tornarem suas aulas interessantes e adequá-las ao que o programa almejava. Isso foi bem visto pela comunidade em geral, que acreditou na proposta da escola, superlotando as salas de aula devido à grande procura por matrícula. Infelizmente, como tudo na vida não é passível de 100% de acertos, nem todos os professores se identificaram com o programa, continuando com suas aulas monótonas e voltadas apenas para o currículo comum. Nesse sentido, fica bem clara a afirmação de Carneiro (2012) de que o professor é a chave para o sucesso da educação. Segundo ele, um dos problemas provocadores da crise no Ensino Médio é a falta de professores bons e talentosos nas escolas públicas brasileiras. É contundente a relação feita pelos alunos entre sucesso do macrocampo e professor que o ministra.

Ao chegar no ano de 2014, último ano do Ensino Médio e, como muitos dizem, crucial para os alunos, o programa ganha críticos fervorosos. O mesmo só tem sucesso e importância se preparar o aluno para entrar para o vestibular. Se os macrocampos trabalharem conteúdos que “cairão” no ENEM, eles são importantes, se for trabalhado algo não relacionado DIRETAMENTE ao ENEM, são considerados inúteis.

Novamente a teoria de Carneiro se faz comprovada. O Ensino Médio ainda se encontra refém do vestibular em sua mais nova versão, o novo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Mudar essa visão que vem de anos é muito difícil, mas pelo menos algo está sendo feito. As mudanças são visíveis. Se elas provocarão efeito positivo à longo prazo, ainda não saberei dizer, mas fica muito perceptível que o papel do professor é fundamental. Sem a sua valorização e, principalmente, a sua capacitação, a qualidade do ensino não mudará. Apenas ficará na história a mudança dos nomes de disciplinas, a mudança da carga horária de estudo e de mais um programa criado pelo governo.

Para finalizar, acredito que os objetivos por mim propostos, de verificar a visão dos alunos que cursam, em 2014 o 3º ano, sobre o programa, as mudanças ocorridas na aprendizagem percebidas pelos mesmos durante esses três anos e as causas de uma possível rejeição ao programa foram atingidos, uma vez que os resultados nos questionários “dizem mais que mil palavras”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96#> Acessado em: 26/11/2014.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Educacional. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf> Acessado em: 17/02/2014.

BRASIL, **Programa Ensino Médio Inovador Documento Orientador**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Educacional. Brasília, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/documentoorientador_proemi.pdf Acessado em: 19/02/2014.

BRASIL. **Programa Ensino Médio Inovador Documento Orientador**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Educacional. Brasília, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/documentoorientador_proemi.pdf Acessado em: 19/02/2014.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O nó do Ensino Médio**. 3.ed.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PARAÍBA, **Documento Orientador PROEMI/SEE-PB**. Secretaria de Estado da Educação, Gerência Executiva de Ensino Médio e Educação Profissional. João Pessoa, 2013. Disponível em: http://www.sec.pb.gov.br/arquivos/PROEMI-documento_orientador.pdf Acessado em: 19/02/2014.

ANEXOS

ANEXO A

Nome do aluno: _____ 3ª série - turma _____

1 – Você é a favor do ProEMI? () sim () não

Justifique:

2 – Se você tivesse a oportunidade de escolher em qual modalidade você se matricularia?
 () ensino regular só de manhã () ensino regular só a tarde () ProEMI (manhã e tarde)

Justifique:

3 – Cite o nome das disciplinas de Macrocampo: _____

4 – Qual o Macrocampo mais importante para você e que não deveria sair do currículo? _____

Justifique: _____

5 – Qual o Macrocampo menos importante para você e que deveria sair do currículo? _____

Justifique: _____

6 – Você notou alguma diferença no ProEMI em sua escola nos anos de 2012 e 2013? Qual?

7 – Essa mudança (se houve) foi positiva? Justifique:

8 – Como você acha que a escola deveria ser para atender às necessidades dos jovens que cursam o Ensino Médio?

9 – Você conhece os objetivos do ProEMI? Quais são eles? _____

10 - Os professores trabalham as disciplinas de Macrocampo de forma a atender os objetivos do ProEMI?

() todos sim () todos não () apenas alguns

Justifique:
